

Maria do Carmo Vieira

O Ensino do Português

Ensaio da Fundação

Índice

Prefácio	9
I Nova Conceção de Escola e Novo Perfil de Professor	11
II Gramática e Terminologia Linguística	34
III Ensino Secundário	41
IV Ensino Básico — 3.º Ciclo	62
V Ensino Básico — 1.º e 2.º Ciclos	78
VI «Iniciativa Novas Oportunidades»	91
VII Revisão dos Programas do Ensino Básico	98
Epílogo	104

Prefácio

Só a escola inscreve, no caminhar sempre para diante da condição humana, o retorno, o regresso ao legado cultural do passado e, assim, dá continuidade ao elo da criação.

OLGA POMBO

Da experiência da minha actividade docente, desde 1974, e da reflexão sobre a «mudança» instituída pela nova reforma, em 2003-2004, resultou este livro, no qual procuro evidenciar, através de inúmeros exemplos relativos às alterações programáticas, o estado de deterioração em que se encontram a escola e o ensino, nomeadamente o ensino da disciplina de Português.

A descrição e análise, por capítulos, das alterações ocorridas nos diferentes níveis de ensino, bem como as novidades que constituíram a introdução da Terminologia Linguística e a «Iniciativa Novas Oportunidades», deixam perceber os desígnios que nortearam a «mudança», criando um confronto irresolúvel entre ensinar e aprender, saber e competências, passado («velho») e presente («novo»). Daí a secundarização dos conteúdos e o menosprezo pelo património artístico que representa a Literatura, bem como pela formação científica do professor, a que se junta a criação de um «perfil» que lhe retira a sua individualidade. O último capítulo é dedicado aos novos programas de Português do Ensino Básico (2008), deixando a sua redacção antever, no essencial, a continuidade da reforma nos seus aspectos mais polémicos.

Ainda que os mentores desta nova reforma justifiquem terem as alterações sido efectuadas em nome dos «interesses dos alunos»,

estes são, na verdade, suas vítimas porquanto iludidos por um sistema de facilidade que apaga o esforço, o espírito de sacrifício e a força de vontade, inerentes ao acto de aprender, criando-lhes a ilusão do êxito. Em simultâneo, invoca-se «o progresso», associando-o a «inovação», vocábulos-chave repetidamente usados, mas considerados, de modo inexplicável, independentes de um património herdado, construído e desenvolvido, ao longo do tempo, por inúmeras gerações.

Resistir a este espírito de «mudança», demonstrando as suas nefastas consequências, e apelar a uma reflexão séria e abrangente, implicando não só professores, mas toda a sociedade, foi o nosso objectivo.

I

Nova Concepção de Escola e Novo Perfil de Professor

*Triunfo dos cantos das sereias sobre o canto de Orpheu.*¹

ANTÓNIO BRACINHA VIEIRA

[...] *reivindico o meu direito próprio de pensar.*

SÉNECA, *Cartas a Lucílio*

A «nova concepção de escola» que a reforma, implementada em 2003-2004, impôs, sem que houvesse um debate sério, e após anos de cauteloso e persistente trabalho, realizado pelos seus dinamizadores e apoiantes, é a representação meticulosa do espectáculo do Absurdo, sobre o fundo de cantos sedutores que atraem para a Ignorância, para a Inércia e para a Preguiça de pensar, no desprezo pela educação da sensibilidade. Na base de teorias pedagógicas polémicas, já avaliadas e ultrapassadas, mas aceites acriticamente, se foi alicerçando o vício da facilidade, da ausência de reflexão e de criatividade, bem como a crença no êxito imediato e sem esforço, em tudo contrário à experiência da própria vida, do saber e da arte.

O relato de um episódio que decorreu, no final da década de 80, na minha escola, mostra, com clareza, o raciocínio que iria determi-

¹ António Bracinha Vieira, «De l’homme-primata à l’homme-termite — Essai sur l’affaiblissement du langage» («Do homem-primata ao homem-térmita — Ensaio sobre o empobrecimento da linguagem»). Publicação pessoal, Novembro de 2007 (extracto traduzido pela autora).

nar a imposição do discurso pedagógico hoje em voga. Foram os professores convocados, certo dia, para ouvir um grupo de colegas, destacados no Ministério da Educação, os quais, na introdução feita, se apresentaram como mensageiros de uma «nova metodologia pedagógica». Para ser mais explícito nos objectivos, um desses professores interpelou-nos: «Colegas, imaginem que estão numa sala de aula, o dia está radioso e um aluno, depois de olhar lá para fora, sugere que vão para o recreio jogar futebol. O que deveria fazer o professor?» Perante o silêncio, resultante da estranheza, foi o colega que, impaciente, adiantou a resposta: «Se fosse um professor tradicional, preocupado apenas em adiantar a matéria, contrariaria o aluno, dizendo-lhe que quando tocasse teria tempo de jogar futebol com os colegas. Pelo contrário, se fosse um professor compreensivo e atento aos aspectos pedagógicos aceitaria de bom grado a proposta, convidando a turma a participar nesse convívio tão necessário à aproximação professor-aluno.» De forma muito espontânea, pensei em voz alta: *mas está tudo maluco*, desabafo mal recebido pela falta de educação demonstrada, mas depressa desculpado por vir de alguém «certamente resistente à mudança», nas palavras do jovem professor ministerial. Iniciava-se assim a metodologia da facilidade e do lúdico pelo lúdico, bem como a atitude de ignorar o protesto.

As escolas que então optaram servilmente pela experimentação dessas inovações pedagógicas, descritas como verdades definitivas e incontornáveis, foram-nas integrando no seu quotidiano, numa aceitação acrítica e alheia às consequências. Nesse processo, pacientemente aguardado pelos seus mentores, que com subtilidade o iam orientando, foram surgindo sugestões cuja concretização dependeria essencialmente da «sensibilidade do professor», expressão com que se procurou, de forma condescendente, atrair os dissidentes. Inserem-se nesse discurso a indicação programática de «conhecimento activo/conhecimento passivo» e a possibilidade de definição de objectivos mínimos, que os alunos mais fracos deveriam cumprir para não serem reprovados. A atitude miserabilista, encarando os alunos como «os coitados», fez também a sua aparição e, não raro, receberam os professores, reunidos em conselhos de turma, na avaliação final do 3.º período, indicações remetendo para a situação traumática de um aluno que sofrera a separação dos pais, ou qualquer outra vivência negativa; por vezes, pedia-se a compreensão para alunos que não iriam prosseguir estudos (no final do 9.º ano), o que não se concretizava, na maioria dos casos,

engrossando-se o 10.º ano com um expressivo número de alunos que não atingira os requisitos mínimos para o frequentar e daí o consequente aumento do abandono escolar devido a desmotivação óbvia; também as classificações votadas, que constituíam uma excepção, se tornaram actos regulares. Presentemente deixou de ser necessária a votação, porque a escola, em nome da autonomia do seu projecto educativo, pode autorizar a passagem de um aluno de um ano para o outro com uma série de negativas, o que vem testemunhar igualmente quanto o projecto educativo se pode transformar num factor de pernicioso desigualdade social, motivando o aparecimento de escolas de primeira e de segunda categorias, de acordo «com a sua clientela». Não nos surpreendeu, pois, que o actual programa do 10.º ano de Língua Portuguesa exigisse o inexequível aos professores e aos próprios alunos, muitos dos quais já treinados na descrença das suas capacidades e, logo, incapazes de exigência consigo próprios. Acompanhemos a leitura do referido programa nos pontos 2.5. «Sugestões Metodológicas Gerais: Caso o resultado do diagnóstico se mostre insatisfatório, no sentido de constatar insuficiências na aquisição das referidas competências, *torna-se imperativo desenvolver estratégias e conceber instrumentos que auxiliem na superação das dificuldades*, de forma a permitir o desenvolvimento do programa», e 3.2. «Gestão do Programa: Caso o resultado da aferição [competências dos alunos à entrada do 10.º ano] demonstre inequivocamente a ausência dessas competências, *deverá o professor encontrar os meios e os instrumentos para tornar os alunos aptos a trabalhar no âmbito dos objectivos e dos conteúdos do 10.º ano*.² (itálicos nossos). Palavras que revelam um profundo desprezo pelo significado do trabalho de um professor, a quem se exige obediência no cumprimento do impossível: colmatar em tempo reduzido as lacunas de anos de um aluno chegado ao 10.º ano, sem que se questione também o porquê da sua ignorância.

No final da década de 90, ensaiou-se ainda uma postura autoritária, no sentido de garantir que as teses de mestrado em Ciências da Educação fossem privilegiadas em relação às de qualquer outra área específica de ensino, deixando antever o que se aproximava. Com efeito, os professores inscritos no mestrado, na vertente que se adequava à sua área de ensino, depois de dois anos de estudo, com apresentação e defesa de

2 In *Programa de Língua Portuguesa, 10.º, 11.º e 12.º anos*, 2003. Homologação do 10.º ano em Maio de 2001 e dos 11.º e 12.º anos em Março de 2002.